

# DIRETRIZES PARA A OBSERVAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS SOCIAIS





# PREFÁCIO

Ao longo da história, as manifestações e protestos sociais se consagraram como instrumentos essenciais para a reivindicação, a proteção e a promoção da mais ampla gama de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Muitos dos direitos fundamentais que atualmente os cidadãos possuem e exercem livremente, como o sufrágio universal, a educação, a proibição do trabalho infantil, a igualdade de gênero ou as melhorias nas condições de trabalho, foram obtidos por meio da expressão pública destas demandas sociais. Portanto, as manifestações e os protestos erigiram-se como elementos fundamentais no desenvolvimento das sociedades democráticas, permitindo que cidadãs e cidadãos possam ser parte dos processos sociais por meio da expressão coletiva de suas ideias.

Surge assim o reconhecimento do direito à manifestação como um mecanismo através do qual as pessoas podem desfrutar e exercer uma série de outros direitos reconhecidos universalmente e que incluem, a título de exemplo, a liberdade de expressão e opinião, a liberdade de associação, a liberdade de reunião pacífica, o direito à não discriminação, à participação na direção dos assuntos públicos, etc.; direitos que devem ser respeitados, protegidos, promovidos e garantidos pelos Estados.

Neste contexto, ressalta-se uma figura chave para o correto desenvolvimento das manifestações e a realização das demais liberdades: o/a observador/a de direitos humanos, denominação que recai em toda pessoa ou grupo de pessoas cuja tarefa consiste em observar as manifestações e os protestos, constatar o respeito ao exercício dos direitos essenciais que aí convergem e elaborar um relatório descritivo que detalhe o acontecido.

Dessa forma, o papel do/a observador/a de direitos humanos toma grande relevância, pois contribui para o exercício livre, pleno e efetivo dos direitos essenciais que confluem no marco de qualquer forma de participação pública, outorgando maior segurança a aqueles que buscam a promoção dos direitos fundamentais, uma vez que dissuadem, com sua presença, possíveis violações aos direitos humanos. Por outro lado, caso tais violações aconteçam, o informe do/a observador/a se torna essencial, pois será o meio através do qual as violações aos direitos humanos serão levadas ao conhecimento da opinião pública, das autoridades competentes e dos organismos de defesa de direitos humanos, a fim de que estes agentes examinem e investiguem ditas violações.

Em razão do que foi apresentado, resulta imperioso disponibilizar às observadoras e observadores de direitos humanos os meios necessários para colaborar no exercício de suas funções. Para isso, o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em conjunto com Instituições Nacionais de Direitos Humanos e Defensorias Públicas da região, coloca à disposição as presentes Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais. Trata-se de uma ferramenta que proporciona um guia de assistência prática a todos que exercem a tarefa de observação de reuniões e ações coletivas, com o fim de facilitar o processo de verificação do cumprimento de obrigações e normas internacionais, o monitoramento das circunstâncias que emolduram as manifestações e protestos, bem como a captação de informação, sua revisão e eventual e imediato uso frente a violações aos direitos humanos.



# ÍNDICE

Contexto e objetivos	7
Definições	9
Normas internacionais sobre o direito às manifestações e protestos sociais	11
Princípios para a observação de manifestações	19
Diretrizes de observação de manifestações e protestos sociais	23



# CONTEXTO E OBJETIVOS



A observação das manifestações é importante para obter um relato imparcial e objetivo do ocorrido, incluída a descrição da conduta dos participantes e dos agentes da ordem. É uma contribuição valiosa à fruição efetiva do direito de reunião pacífica. A presença de observadores de direitos humanos nas manifestações pode dissuadir a violação de direitos humanos. Por isso é importante que os defensores dos direitos humanos possam atuar livremente no contexto da liberdade de reunião”<sup>1</sup>

As manifestações, protestos e demais formas de ação coletiva que têm lugar na América Latina possuem como denominador comum as agendas de reivindicações sociais. Em termos gerais, os cidadãos estão demandando mais às democracias, exigindo melhores níveis de participação, transparência, não discriminação e maior acesso a direitos essenciais como a saúde, educação, meio ambiente, segurança e igualdade. De igual maneira, a limitação do direito de participação e à consulta previa com povos indígenas vêm produzindo mobilizações sociais de distinta magnitude e intensidade na região.

As manifestações e protestos sociais nos países da América Latina se mantêm como uma constante durante as últimas décadas, assim como as respostas dadas por parte dos Estados a este fenômeno. O uso da força de forma desproporcional e não focalizada, a realização de ações destinadas a desincentivar a participação cidadã ou a criminalização dos protestos sociais e dos defensores e defensoras de direitos humanos formam parte dos meios que os Estados utilizam para desarticular os movimentos sociais.

Em razão do exposto, para cumprir com as obrigações internacionais de respeito e proteção dos direitos envolvidos nestas manifestações, é transcendental que, em primeiro lugar, exista um entorno propício e seguro para que a população – que inclui a sociedade civil e defensores e defensoras de direitos humanos – possa exercer livremente os direitos implicados. Em seguida, é essencial que, sob estas mesmas circunstâncias, se reconheça o direito de todas as pessoas a observar e monitorar as reuniões e manifestações coletivas; igualmente, que o poder público aja conforme protocolos de atuação no marco de protestos ou manifestações compatíveis com as obrigações contraídas em matéria de direitos humanos, e, por último, que tais regulamentações sejam cumpridas na prática.

As diretrizes presentes têm como objetivo a consecução de uma destas premissas: “todas as pessoas têm direito a observar e, por extensão, monitorar as reuniões”<sup>2</sup>. Neste sentido, as Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais (Diretrizes) que são apresentadas neste documento reúnem as experiências e boas práticas das Instituições Nacionais de Direitos Humanos e Defensorias del Pueblo<sup>3</sup> de alguns países da região, em matéria de observação de manifestações e protestos sociais no contexto da América do Sul.

Para isto, o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em conjunto com estas instituições, iniciou a recopilación das diretrizes e dos protocolos para a observação de manifestações e protestos sociais, os quais foram analisados à luz das normas internacionais aplicáveis sobre direitos humanos.

Essas Diretrizes foram formuladas com base em dois objetivos, um geral e outro específico. O primeiro deles, aponta para a ideia de consolidar ainda mais o reconhecimento universal do direito a se manifestar e consequentemente o direito das pessoas, grupos e instituições de observar e monitorar estas ações coletivas. O segundo objetivo tem relação com que estas Diretrizes possam servir de guia aos observadores e observadoras de direitos humanos em sua tarefa.

Desta maneira, as Diretrizes pretendem apoiar o trabalho de fiscalização e verificação realizado em campo pelos observadores e observadoras de direitos humanos, relacionadas com o estrito cumprimento dos direitos e garantias envolvidas em manifestações e protestos sociais, em conformidade com as obrigações contraídas e as normas internacionais

<sup>1</sup> Informe da Representante Especial do Secretário Geral sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, A/62/225, par.91, 13 de agosto de 2007.

<sup>2</sup> Informe conjunto do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação e do Relator Especial sobre as execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias acerca da gestão adequada das manifestações, A/HRC/31/66, par. 68, 4 de fevereiro de 2016.

<sup>3</sup> Participaram no processo de elaboração conjunta destas Diretrizes: a Defensoria da Nação da Argentina, o Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile, a Defensoria do Povo do Equador, a Defensoria do Povo do Perú e o Instituto Nacional de Direitos Humanos e Defensoria do Povo do Uruguai.



# DEFINIÇÕES

As Diretrizes foram elaboradas para guiar a tarefa de monitoramento que realizam as observadoras e observadores de direitos humanos em campo. Com este propósito, é preciso evidenciar alguns conceitos relacionados com o tema para compreender de melhor forma o escopo desta ferramenta.

**MONITORAMENTO** O ‘monitoramento’ é um “termo amplo que se refere à atividade de obtenção, verificação e utilização imediata de informações para atender problemas de direitos humanos”<sup>4</sup> no contexto de todo tipo de reuniões e ações coletivas.

**OBSERVAÇÃO** “A ‘observação’ costuma referir-se a um processo mais passivo a respeito do exame de acontecimentos, como as assembleias, julgamentos, eleições e manifestações. É um aspecto da fiscalização em matéria de direitos humanos que requer a presença in loco”<sup>5</sup>.

**REUNIÃO** Em geral, se entende por ‘reunião’ “uma concorrência temporal e deliberada em um espaço público ou privado, com uma finalidade concreta, que pode adotar a forma de manifestações, encontros, greves, procissões, campanhas ou sentadas<sup>6</sup>, com o propósito de expressar queixas e aspirações ou facilitar celebrações”<sup>7</sup>. Se infere, portanto, que existe uma relação de gênero e espécie; sendo as reuniões o gênero e as manifestações e protestos sociais a espécie. Finalmente, existe uma clara distinção entre manifestação e protesto, diferenciação que não impede que sejam tratados de maneira conjunta e harmônica. Por um lado, o termo “manifestação” faz referência à ação de expressar publicamente uma opinião determinada, enquanto que “protesto” tem relação com tomar e dar a conhecer uma postura contrária a uma ordem ou situação determinada.

**DEFENSORES/AS DE DIREITOS HUMANOS** São todos os indivíduos, grupos ou instituições que “promovem e procuram de qualquer forma a realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais reconhecidas a nível nacional ou internacional”<sup>8</sup>, contribuindo para diminuir ou dissuadir eventuais vulnerações em face destas garantias.

**OBSERVADORES/AS DE DIREITOS HUMANOS** Para efeitos destas Diretrizes, são aqueles defensores de direitos humanos cuja tarefa consiste em monitorar e fiscalizar o respeito dos direitos humanos por partes dos Estados e outros intervenientes, e igualmente, advertir acerca das vulnerações que sejam produzidas no contexto de manifestações e protestos sociais. Cabe destacar que todas as pessoas podem exercer o direito a observar e fiscalizar reuniões, uma vez que este direito deriva do direito a buscar e receber informação, amparado pelo artigo 19, parágrafo 2º, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (a partir daqui PIDCP).

<sup>4</sup> Manual de capacitação para a fiscalização dos direitos humanos, ACNUDH, par. 28, pág. 10.

<sup>5</sup> Ibid., par. 30.

<sup>6</sup> Sentadas, do inglês sit-ins ou sit-downs, é uma forma de manifestação consistente em que uma ou mais pessoas se sentam em uma área determinada, por um tempo indefinido e com uma agenda reivindicativa comum. Também se utiliza este termo para descrever o ato de tomar assento quando, por circunstâncias determinadas, se deve permanecer de pé; também com ânimo de se manifestar.

<sup>7</sup> Ob. Cit. 2, par. 10.

<sup>8</sup> Criminalização da tarefa das defensoras e dos defensores de direitos humanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, OEA/Ser.L/V/II, par. 19, 31 de dezembro de 2015.

# NORMAS INTERNACIONAIS SOBRE O DIREITO ÀS MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS SOCIAIS



Ao longo da história os protestos e manifestações têm sido motores de mudança e fatores importantes que contribuíram à promoção dos direitos humanos. Em todas as regiões do mundo e em todas as épocas da história, defensores anônimos e ativistas reconhecidos lideraram e inspiraram movimentos de protesto que prepararam o terreno para os avanços conquistados na esfera dos direitos humanos”<sup>9</sup>.

A normativa internacional dos direitos humanos reconhece o direito às manifestações e protestos sociais através da proteção harmônica e conjunta do direito à liberdade de expressão e opinião, à liberdade de reunião e à liberdade de associação.

A Declaração sobre o Direito e o Dever dos Indivíduos, Grupos e Instituições de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (conhecida como Declaração sobre os defensores e as defensoras de direitos humanos), reconhece em seu artigo 5(a) que “a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, toda pessoa tem direito, individual ou coletivamente, no plano nacional e internacional: [...] a se reunir ou se manifestar pacificamente”<sup>10</sup>.

Sem prejuízo do que foi dito, o exercício pleno e livre do direito ao protesto e à manifestação será possível unicamente em um entorno propício e seguro para a população, incluída a sociedade civil e os defensores e defensoras de direitos humanos. Este ‘entorno propício’ implica ausência de práticas que incidam negativamente no exercício destes direitos e que atentem contra a obrigação do Estado de não restringir de maneira arbitrária e ilegal as manifestações. Neste sentido, o Conselho de Direitos Humanos apontou que os Estados têm a responsabilidade, no contexto das manifestações pacíficas, “de promover e proteger os direitos humanos e impedir que se vulnerem estes direitos”<sup>11</sup>.

A título de exemplo, podem ser mencionadas algumas formas de limitação utilizadas por um Estado no marco do exercício do direito ao protesto e à manifestação: restrições indevidas ao uso de espaços públicos, negação de permissão de reunião por parte das autoridades, sistemas de notificação de reuniões excessivamente burocráticos, perseguição de líderes sociais e defensores e defensoras de direitos humanos, repressão por parte das forças policiais mediante uso excessivo da força, uso indiscriminado de meios dissuasivos, detenções arbitrárias massivas, aplicação de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, violência sexual, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, etc.

Da mesma maneira, o uso indevido do direito penal contra quem participa de ações coletivas contribui à criminalização dos protestos. Este fenômeno consiste em uma resposta estatal cujo objetivo é controlar, castigar ou impedir o livre exercício do direito a protestar e se manifestar, deslegitimando e desarticulando os movimentos cidadãos, para encobrir sua real conotação reivindicativa.

Neste cenário, ganha relevância uma figura chave para o adequado desenvolvimento dessas reuniões: as observadoras e observadores de direitos humanos, designação que recai naquelas pessoas que monitoram e fiscalizam o dever dos Estados de atuar em conformidade com o respeito aos direitos humanos e às liberdades no marco das manifestações sociais. Assim, a tarefa das e dos observadores incide diretamente sobre as autoridades, promovendo a realização de maiores esforços por parte do Estado para respeitar, promover e cumprir as obrigações internacionais de direitos humanos nesta matéria, contraídas ao ratificar tratados internacionais.

O papel da/do observador/a de direitos humanos no marco das manifestações é essencial, posto que as pessoas que participam nestas concentrações gozam de um extenso catálogo de direitos que devem ser identificados, resguardados e alertados pelo/a observador/a, catálogo encabeçado pelo direito a se manifestar e protestar.

<sup>9</sup> Informe da Representante Especial do Secretário Geral sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, A/62/225, par. 4, 13 de agosto de 2007.

<sup>10</sup> Declaração sobre os defensores e as defensoras de direitos humanos, artigo 5, letra a).

<sup>11</sup> A promoção e proteção dos Direitos Humanos no contexto das manifestações pacíficas, Resolução 25/38 do Conselho de Direitos Humanos, A/HRC/25/L.20, par. 2, 11 de abril de 2014.

Como já mencionado anteriormente, existe concordância de que o direito ao protesto nasce da conjunção de três garantias essenciais, a saber: o direito à liberdade de expressão, à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação. Igualmente, no contexto de reuniões, concorrem outros direitos que também deverão ser promovidos e respeitados harmonicamente por todas e todos os intervenientes, e supervisionados pelos observadores e observadoras de direitos humanos. Entre eles encontramos: o direito “à participação na direção dos assuntos públicos; à integridade física, que compreende os direitos à segurança, a não ser objeto de tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes e à vida; à dignidade; à intimidade; e a um recurso efetivo para todas as violações de direitos humanos”<sup>12</sup>.

Pois bem, a princípio, as reuniões devem ser exercidas pacificamente para sua proteção e garantia plena. Uma reunião pacífica deixará de ter este caráter quando persista um nível importante e generalizado de violência, que represente uma ameaça iminente para a segurança física dos/das participantes ou dos bens materiais; os atos de violência esporádicos e isolados não são suficientes para que as forças policiais qualifiquem uma manifestação como violenta. Uma interpretação errônea das circunstâncias que rodeiam as reuniões pode acarretar em consequências negativas; se se dissolve uma reunião por não ser pacífica – de acordo com os critérios policiais – se corre o perigo de intensificar as tensões entre os participantes e as forças de segurança.

Em razão do que foi dito anteriormente, é importante ressaltar que o direito à manifestação é um direito individual e não coletivo, e que se reconhece a cada um dos participantes apenas pelo fato de ser uma pessoa. Os atos violentos cometidos por determinadas pessoas motivarão a limitação ou suspensão de seu próprio direito a se manifestar, mas não afetará o direito de demais intervenientes.

Assim resolveu o Tribunal Europeu de Direitos Humanos: “o direito à liberdade de reunião pacífica é um direito que assiste a cada uma das pessoas que participa na reunião. Os atos de violência esporádica ou os delitos que cometam algumas pessoas, não devem ser atribuídos a outras cujas intenções e comportamento tem um caráter pacífico”<sup>13</sup>. Portanto, é responsabilidade das forças de ordem identificar as pessoas violentas, distinguir-lhes e isolar-lhes do resto dos participantes da reunião, permitindo que esta possa seguir ocorrendo pacificamente.

Em qualquer caso, a suspensão do direito à manifestação não afeta todos os demais direitos e garantias dos intervenientes, “ainda que os participantes em uma reunião não atuem de forma pacífica e, como resultado disso, percam o direito de reunião pacífica, estes conservam os demais direitos, com sujeição às limitações normais. Por conseguinte, nenhuma reunião deveria ser considerada desprotegida”<sup>14</sup>.

Da mesma maneira, o direito a observar e monitorar as reuniões não se encontra condicionado ao caráter pacífico ou violento de uma manifestação, pois “os Estados têm a obrigação de proteger os direitos dos supervisores das reuniões. Isso compreende respeitar e facilitar o direito a observar e monitorar todos os aspectos de uma reunião. [...] As medidas de proteção em favor dos supervisores se aplicam independentemente de que uma reunião seja pacífica ou não”<sup>15</sup>. Por último, as e os observadores de direitos humanos gozam, igualmente, de todos os direitos e liberdades envolvidos no marco de um protesto ou reunião, sobretudo os relacionados ao exercício de suas funções, como a liberdade de circulação, o direito à vida ou o direito à integridade pessoal, entre outros.

Considerando tudo que foi dito, se deduz que a gestão adequada das manifestações requer que a ou o observador de direitos humanos vele pelos direitos que ora serão expostos<sup>16</sup>:

<sup>12</sup> Ob. Cit. 2, par. 8.

<sup>13</sup> Tribunal Europeu de Direitos Humanos, Zililberg v. Moldov, demanda 61821/00, 4 de maio de 2004.

<sup>14</sup> Ob. Cit. 2, par. 9.

<sup>15</sup> Ibid., par. 70.

<sup>16</sup> Informação mais detalhada sobre as normas internacionais em matéria de protestos pode ser encontrada na publicação conjunta do INDH do Chile e ACNUDH “Protesta Social y Derechos Humanos: Estándares Internacionales y Nacionales”. Disponível em versão digital em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2015/04/PROTESTA-SOCIAL.pdf>

## DIREITO À NÃO DISCRIMINAÇÃO

O direito internacional dos direitos humanos exige que os Estados respeitem e garantam os direitos de todas as pessoas que participam em manifestações e protestos sociais, o que implica no dever de se abster de restringir o exercício destes direitos quando tal restrição não se encontre expressamente autorizada pelos instrumentos internacionais.

O dever de respeito e garantia deve ser reconhecido para todas as pessoas, sem nenhum tipo de distinção por “motivos proibidos como a raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, a origem nacional ou social, a posição econômica, o nascimento ou qualquer outra condição. A liberdade de organizar reuniões públicas e participar delas deve ser garantida a todas as pessoas físicas, agrupamentos, associações não registradas, entidades jurídicas e empresas”<sup>17</sup>.

Os Estados deverão prestar particular atenção para garantir a proteção equitativa e efetiva dos direitos de grupos que podem se encontrar em situações de maior vulnerabilidade em determinados contextos, como as mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas imigrantes e refugiadas, integrantes de etnias diversas e religiosas, pessoas lésbicas, gay, bissexuais, transgênero e intersexuais (LGBTI), entre outras. Os Estados deverão adotar as medidas necessárias para que estes grupos possam exercer, em igualdade de condições, o direito à manifestação e ao protesto.

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OPINIÃO<sup>18</sup>

Esta é uma das pedras angulares do direito à manifestação e ao protesto social, pois, por meio do seu exercício, a/o cidadã/o pode buscar, receber e difundir informação, e expor suas ideias por qualquer meio de difusão sem limitação de fronteiras, seja individual ou coletivamente.

O Comitê de Direitos Humanos, através da Observação Geral N° 34 sobre o artigo 19 do PIDCP, reconhece que a liberdade de opinião e expressão é um direito substancial para o gozo, a promoção e a proteção das demais liberdades fundamentais, ao sinalar que “a liberdade de opinião e a liberdade de expressão são condições indispensáveis para o pleno desenvolvimento da pessoa: tais liberdades são essenciais para qualquer sociedade e constituem a base de toda sociedade livre e democrática”<sup>19</sup>. Adiciona, ainda, que “as liberdades de opinião e expressão constituem a base para o gozo pleno de uma ampla gama de outros direitos humanos. Por exemplo, a liberdade de expressão é fundamental para o exercício dos direitos à liberdade de reunião e de associação, e para o exercício do direito de voto”<sup>20</sup>.

## LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA<sup>21</sup>

Representa a segunda pedra angular do direito à manifestação e ao protesto social. Sem seu reconhecimento, dificilmente qualquer tipo de aglomeração poderia ser levada a cabo. Se entende por ‘reunião’ toda concorrência temporal e deliberada em um espaço público ou privado, com uma finalidade concreta, que pode adotar a forma de manifestações, encontros, greves, procissões, assembleias, concentrações, campanhas ou sentadas<sup>22</sup>, com o propósito de expressar queixas e aspirações ou facilitar celebrações.

<sup>17</sup> Ob. Cit. 2, par. 15.

<sup>18</sup> Numa primeira aproximação, o artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos estabelece que “[t]odo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão”. Igual ideia foi plasmada no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), que reconhece expressamente ambas garantias em seu artigo 19. Igualmente, estes direitos também são garantidos pelo artigo 5.d.viii da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; os artigos 12 e 13 da Convenção dos Direitos da Criança; a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migratórios e de seus Familiares no disposto pelo artigo 13 e, por último, no artigo 21 da Convenção sobre a Proteção das Pessoas com Deficiência.

<sup>19</sup> Observação Geral N° 34 do Comitê de Direitos Humanos, CCPR/C/GC/34, par. 2, 12 de setembro de 2011.

<sup>20</sup> Ibid., par. 4.

<sup>21</sup> O reconhecimento ao direito à reunião pacífica nos instrumentos internacionais é transversal. Assim diz o artigo 20 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 21 do PIDCP; o artigo 5.d.ix da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e, por último, artigo 15 da Convenção sobre os Direitos da Criança.

O direito à liberdade de reunião pacífica faculta às pessoas reunirem-se em privado ou publicamente e, de forma coletiva, permite expressar, promover, exercer e defender os interesses comuns. As manifestações ou reuniões públicas, nas quais se exerce este direito, “desempenham um papel muito dinâmico na mobilização da população e a formulação de suas reclamações e aspirações, pois facilitam a celebração de eventos e, o que é mais importante, exercem influência na política pública dos Estados”<sup>23</sup>.

### LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO<sup>24</sup>

Sendo o terceiro pilar do direito à manifestação e ao protesto social, a liberdade de associação permite que as pessoas possam se unir formal ou informalmente para realizar ações coletivas. É um direito que contém uma dupla nuance: por um lado, que as pessoas possam formar e se unir a qualquer grupo do seu interesse; e, por outro, que não sejam obrigadas a pertencer a nenhuma agrupação.

O Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação contextualizou “associação” como “todo grupo de pessoas físicas ou jurídicas agrupadas para atuar em conjunto e expressar, promover, reivindicar ou defender coletivamente um conjunto de interesses comuns. [...] Se refere, entre outras coisas, a organizações da sociedade civil, clubes, cooperativas, ONG, associações religiosas, partidos políticos, sindicatos, fundações e inclusive associações estabelecidas na Web, já que o papel da Internet tem sido decisivo, por exemplo, para facilitar a participação ativa dos cidadãos na construção de sociedades democráticas”<sup>25</sup>.

### DIREITO À PARTICIPAÇÃO PÚBLICA<sup>26</sup>

A participação pública permite o fortalecimento das democracias por meio da integração e contribuição das/os cidadã/os ao trabalho político do país. Alcança-se este fortalecimento por meio da realização, por parte das/os cidadã/os, de seus direitos políticos; isto é, aqueles destinados a tutelar a participação ou o protagonismo do indivíduo na sociedade e que são principalmente o direito a participar na gestão dos assuntos públicos, o direito à participação nas eleições como votante e como candidato ou candidata, e o direito a ter acesso às funções e cargos públicos.

Para a realização destes direitos políticos é imprescindível que a liberdade de expressão, a liberdade de reunião e a liberdade de associação sejam tuteladas, uma vez que são os meios através dos quais se exercerão os primeiros. Assim, sinalou o Conselho de Direitos Humanos: “os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação são um elemento essencial da democracia, que oferece às pessoas oportunidades inestimáveis de, entre outras coisas, expressar suas opiniões políticas, [...] participar em atividades culturais, econômicas e sociais [...] e de eleger dirigentes que representem seus interesses e respondam por seus atos”<sup>27</sup>.

### DIREITO À VIDA<sup>28</sup> E À INTEGRIDADE PESSOAL<sup>29</sup>

Dentro do contexto de uma reunião pacífica, o uso indiscriminado da força por parte das e dos funcionários encarregados de fazer cumprir a lei pode pôr em risco seriamente o direito à vida e à integridade pessoal dos manifestantes e dos espectadores.

<sup>22</sup> Ver Ob. Cit. 6.

<sup>23</sup> Informe do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, Maina Kiai, A/HRC/20/27, par. 24, 21 de maio de 2012.

<sup>24</sup> O artigo 20 da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a liberdade de associação e em seguida o artigo 22 do PIDCP. Logo, o artigo 15 da Convenção sobre os Direitos da Criança desenvolve a través de uma Observação Geral os alcances da liberdade de associação. Prossegue o reconhecimento desta garantia em virtude do artigo 5.d.ix da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, o artigo 26 da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migratórios e de seus Familiares e, por último, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com seu artigo 21.

<sup>25</sup> Ob. Cit. 23, par. 51 e 52.

<sup>26</sup> Estabelece o artigo 21 da Declaração Universal de Direitos Humanos e o artigo 25 do PIDCP que todos os cidadãos gozarão do direito a participar na gestão dos assuntos públicos e o direito a ter acesso às funções públicas. O mesmo reconhecimento faz o artigo 5 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e o artigo 42 da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migratórios e seus Familiares.

Sem dúvidas, o direito à vida ocupa um lugar especial na lista dos direitos fundamentais das pessoas; razão pela qual, se encontra reconhecido transversalmente no direito internacional dos direitos humanos. Apesar de sua inegável importância, a normativa internacional não proíbe categoricamente a privação da vida, senão que estabelece as condições que determinam quando a privação desta garantia suprema será lícita. Assim estabelece o artigo 6 do PIDCP, ao prescrever que todas as pessoas têm o direito a não ser privadas de sua vida arbitrariamente.

Se entende, portanto, que o direito à vida não é um direito absoluto, pois em circunstâncias excepcionais poderá ser restrito legitimamente, tal como ocorre, porexemplo, na legítima defesa, . Neste sentido, a privação de uma vida resultado de atuação policial deve cumprir com os requisitos de legalidade, necessidade, proporcionalidade e responsabilidade que diversos instrumentos internacionais estabelecem<sup>30</sup>.

Se não se cumpre com algum destes elementos, a privação do direito à vida será arbitrária e, definitivamente, ilegal. Nestes casos, os Estados se encontram obrigados a investigar os fatos e as pessoas envolvidas, de forma eficaz, rápida, completa e imparcial, e, caso procedente, devem adotar medidas contra as e os supostos responsáveis, em conformidade com o direito interno e internacional. As investigações das supostas violações do direito à vida são necessárias para garantir o respeito e proteção a esse direito e evitar a impunidade; no caso de que não se levem a cabo, será o Estado quem estará violando o direito à vida.

A Observação Geral Nº 6 do Comitê de Direitos Humanos sinaliza que “os Estados partes não só devem tomar medidas para evitar e castigar os atos criminais que envolvam a privação da vida, senão que também evitar que suas próprias forças de segurança matem de forma arbitrária. Por conseguinte, a lei deve controlar e limitar estritamente as circunstâncias em que ditas autoridades podem privar da vida uma pessoa”<sup>31</sup>.

No contexto de reuniões ou manifestações, o uso da força letal ou potencialmente letal deve ser excepcional e utilizar-se como último recurso, “os funcionários encarregados de fazer cumprir a lei não empregarão armas de fogo contra as pessoas salvo na defesa própria ou de outras pessoas, no caso de perigo iminente de morte ou lesão grave, ou com o propósito de evitar a prática de um delito particularmente grave que envolva uma séria ameaça à vida, ou com o objetivo de deter a uma pessoa que represente esse perigo e oponha resistência a sua autoridade, ou para impedir sua fuga, e somente caso resultem insuficientes medidas menos extremas para alcançar ditos objetivos. Em qualquer caso, só se poderá fazer uso intencional de armas letais quando seja estritamente inevitável para proteger uma vida”<sup>32</sup>.

Diferentemente do direito à vida, o direito à integridade pessoal é um direito absoluto, isto é, que não admite exceção, restrição nem suspensão alguma. É uma norma cuja vigência não pode ser alterada, nem mesmo durante uma emergência que ameace à vida de uma pessoa ou à segurança de uma nação. A integridade

<sup>27</sup> A importância dos direitos à liberdade de reunião pacífica e associação, Resolução 15/21 do Conselho de Direitos Humanos, A/65/53/Add.1, 30 de setembro de 2010.

<sup>28</sup> O artigo 3 da Declaração Universal de Direitos Humanos estabelece que todo indivíduo tem direito à vida, enquanto que o artigo 6 do PIDCP reconhece que o direito à vida é inerente à pessoa humana, agregando que ninguém será privado da vida arbitrariamente. De forma complementar, o artigo 6 da Convenção sobre os Direitos da Criança continua garantindo este direito, igual que o artigo 9 da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migratórios e de seus Familiares. Por último, o artigo 10 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma o direito inerente à vida de todos os seres humanos.

<sup>29</sup> O artigo 5 da Declaração Universal de Direitos Humanos e o artigo 7 do PIDCP prescrevem que ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratos cruéis, inumanos ou degradantes. A Convenção sobre os Direitos da Criança vela também pela proteção da integridade pessoal em seu artigo 37. Como corolário, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratos ou Penas Cruéis, Inumanos ou Degradantes estabelece um completo marco normativo em proteção desta garantia.

<sup>30</sup> São dois os instrumentos que principalmente regulam o uso da força por parte dos funcionários policiais: os Princípios Básicos sobre o Emprego da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei, e o Código de Conduta para Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei. Ambos instrumentos são considerados como soft law, isto significa que, se bem não têm força obrigatória para os Estados, gozam de plena relevância jurídica ao estabelecer parâmetros e diretrizes para o respeito do ordenamento jurídico internacional em determinados temas.

<sup>31</sup> Observação Geral Nº 6 do Comitê de Direitos Humanos, HRI/GEN/1/Rev.7 at 143, par. 3, 1982.



peçoal, como bem jurídico tutelado, compreende a proteção da integridade física, psíquica e moral de uma pessoa, proibindo, sob qualquer pretexto, que esta seja submetida a torturas ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Surge para os Estados a obrigação de proibir os atos atentatórios contra a dignidade das pessoas e, também, o dever de investigar, processar e julgar aos e as responsáveis por todo tipo de violação contra o direito de integridade pessoal, sob pena de incorrer em responsabilidade internacional.

### LIBERDADE E SEGURANÇA PESSOAL<sup>33</sup>

A privação de liberdade pode se converter em um meio não só para restringir a liberdade ambulatoria das pessoas, como também para atentar contra outros direitos fundamentais. As detenções massivas de manifestantes, os controles de identidade preventivos e as detenções arbitrárias podem limitar infundadamente o direito à manifestação e ao protesto.

Quando isto ocorre, por si só, há uma dupla violação dos direitos humanos. Por um lado, uma violação resultante do meio empregado pelas autoridades que afeta a liberdade pessoal de um indivíduo e, por outro, uma violação dos direitos que fundamentam a privação da liberdade. Assim sinalizou o Comitê de Direitos Humanos ao reconhecer que é arbitrária a detenção ou a reclusão como castigo pelo exercício legítimo dos direitos garantidos no PIDCP, como a liberdade de opinião e de expressão (art. 19), a liberdade de reunião (art. 21), a liberdade de associação (art. 22), a liberdade de religião (art. 18) e o direito à vida privada (art. 17). A detenção ou reclusão por motivos discriminatórios em respeito ao parágrafo 1 do artigo 2<sup>34</sup>, o artigo 3 ou o artigo 26 também é, em princípio, arbitrária<sup>35</sup>.

As hipóteses que facultam uma detenção, em seu mais amplo sentido, devem cumprir com o princípio da legalidade, o qual estabelece que as causas que autorizam uma privação de liberdade deverão se encontrar expressamente estipuladas no ordenamento jurídico para evitar todo risco de arbitrariedade. Assim confirma o Comitê de Direitos Humanos, ao apontar que “todas as razões substantivas para a detenção ou reclusão deverão estar prescritas pela lei e definidas com bastante precisão a fim de evitar uma interpretação ou aplicação excessivamente ampla ou arbitrária. A privação de liberdade sem essa autorização legal é ilícita”<sup>36</sup>.

### SITUAÇÃO DAS E DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Se denominam defensoras e defensores de direitos humanos todas “aquelas pessoas que promovem ou procuram de qualquer forma a realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos cidadãos”<sup>37</sup>.

O reconhecimento do direito a defender os direitos humanos se encontra consagrado no artigo 1 da Declaração sobre o direito e o dever dos indivíduos, dos grupos e das instituições de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Neste artigo, se estabelece que “toda pessoa tem direito, individual ou coletivamente, a promover e procurar a proteção e realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos planos nacional e internacional”<sup>38</sup>. Assim, a tarefa das e dos defensores é primordial para a difusão e promoção universal dos direitos humanos, mas também para o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito.

<sup>32</sup> Princípios Básicos sobre o Emprego da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei, princípios número 9. Em relação com os princípios 10 e 11.

<sup>33</sup> O artigo 3 da Declaração Universal de Direitos Humanos estabelece que todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa. Agrega o PIDCP que ninguém será submetido a detenção ou prisão arbitrárias e que ninguém será privado de sua liberdade salvo pelas causas fixadas pela lei e com o procedimento que esta estabelece. Similar disposição incorpora a Convenção sobre os Direitos da Criança em seu artigo 37 letras b, c e d e no artigo 39, número 4.

<sup>34</sup> O primeiro parágrafo do artigo 2 do PIDCP estabelece que cada um dos Estados Partes no presente Pacto se compromete a respeitar e a garantir a todos os indivíduos que se encontrem em seu território e estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

<sup>35</sup> Observação Geral Nº 35, Comitê de Direitos Humanos, CCPR/C/GC/35, 16 de dezembro de 2014, par. 17.

<sup>36</sup> *Ibid.*, par. 22.

Contudo, em todo o mundo, o trabalho das defensoras e dos defensores enfrenta numerosas formas de repressão, provenientes tanto de atores estatais como não estatais, inibindo e obstaculizando o legítimo exercício do direito a defender os direitos humanos. Assassinatos, ameaças de morte, sequestros, tortura, detenções arbitrárias, perseguições, difamação, restrição do direito à manifestação, aplicação indevida do direito penal e leis de segurança estatal são alguns dos atos intimidatórios repressivos dos quais são vítimas.

Em razão do anterior, é de vital importância que as defensoras e os defensores de direitos humanos estejam protegidos e encontrem resguardada sua tarefa, reconhecendo-se plenamente sua condição como promotoras e promotores dos direitos mais essenciais.

Daí o papel fundamental que as e os observadores de direitos humanos têm de oferecer amparo às e aos defensores no exercício de seus direitos, fiscalizando e alertando todas as eventuais ameaças que tenham por finalidade inibir, obstaculizar e constranger a tarefa protagônica dos mesmos. Para isto, se reconhece que “toda pessoa tem direito a observar e, por extensão, monitorar as reuniões”<sup>39</sup>, tendo em consideração que “o conceito de fiscalização engloba não só o fato de observar a reunião, senão que também a atividade de obtenção, verificação e utilização imediata de informação para atender problemas de direitos humanos”<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> Criminalização do trabalho das defensoras e defensores de direitos humanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, OEA/Ser.L/V/II, par. 19, 31 de dezembro de 2015.

<sup>38</sup> Declaração sobre o direito e o dever dos indivíduos, dos grupos e das instituições de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidos, A/RES/53/144, art. 1, 8 de março de 1999.

<sup>39</sup> Ob. Cit. 2, par. 68.

<sup>40</sup> Manual de capacitação para a fiscalização dos direitos humanos, ACNUDH, par. 28.

# PRINCÍPIOS PARA A OBSERVAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES



Todas as pessoas têm direito a observar e, por extensão, fiscalizar as reuniões. Esse direito se deriva do direito a buscar e receber informação amparado pelo artigo 19, parágrafo 2, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. O conceito de fiscalização engloba não só o ato de observar uma reunião, senão também a atividade de obtenção, verificação e utilização imediata para atender problemas de direitos humanos”<sup>41</sup>.

A observação das manifestações expressa o interesse das sociedades na consagração do direito à manifestação e ao protesto como parte do desenvolvimento democrático, que compreende o respeito aos direitos humanos e o império da lei. A observação deve ser levada a cabo com o mais alto grau de discrição e independência – em relação às partes envolvidas na manifestação – e deve estar livre de toda classe de considerações bilaterais ou multilaterais que possam entrar em conflito com a imparcialidade. As e os observadores estão obrigados a ser estritamente independentes e a não mostrar preferência a nenhuma das partes da manifestação. Basearão suas descobertas, unicamente, em informação precisa e observável a olho nu, e não aceitarão ofertas de assistência ou apoio que possam comprometer sua independência e imparcialidade.

A metodologia se centrará na observação simples, não participante. Ou seja, as observadoras e observadores que se fazem presentes em uma manifestação, o fazem unicamente sob seu papel de observação de um processo, sem participar ativamente dele nem intervindo na manifestação.

### 1. RESPEITO À LEI E CONHECIMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO

As observadoras e os observadores devem respeitar à lei e estar familiarizados com o ordenamento jurídico, instrumentos internacionais de direitos humanos e normas de *ius cogens*, atuando em todos os casos dentro da legalidade e obedecendo às instruções policiais legítimas, às instruções dos serviços de segurança (por exemplo, bombeiros) e de emergências. O comportamento das observadoras e observadores, além de ser respeitoso com a legislação nacional, está regido pelos princípios da responsabilidade: devem se ajustar ao seu mandato, atuar com independência, ser honrados e não mostrar preferências a qualquer dos intervenientes na manifestação.

É recomendável que as e os observadores tenham conhecimento da legislação vigente em matéria de uso da força, detenção e identificação de pessoas, com a finalidade de poder identificar ações policiais ilegais e/ou arbitrárias.

### 2. INDEPENDÊNCIA E NÃO PARTICIPAÇÃO

A presença de uma missão de observação atua desde a premissa da independência, enfatizando as garantias e atributos de que dispõem as missões para que em seus processos de observação e avaliação atuem com absoluta liberdade, e respondam, única e exclusivamente, ao mandato que lhes foi outorgado; afirmando-se sua total independência ante qualquer outro poder institucional e evitando todo mecanismo de intromissão externo. As observadoras e os observadores devem manter sua independência em todo momento e se assegurar de que a mesma não se veja comprometida por sua localização, comportamento ou vestuário.

Considerando as possíveis consequências que a intervenção da e do observador possa gerar, este/esta não participará de modo algum da manifestação. Sua interação com as e os intervenientes na reunião – convocadores e autoridade policial competente – se restringirá a apresentar-se em seu papel de observador ou observadora de direitos humanos independente. Em nenhum caso expressará opiniões a respeito do que ocorra nela a nenhum interveniente, incluídos os meios de comunicação, e tampouco intervirá na atuação policial legítima ou como participante da reunião.

### 3. IMPARCIALIDADE

A observação da manifestação deve ser independente e sem preferências com respeito às autoridades nacionais, as e os convocadores, manifestantes, a imprensa e demais meios informativos. Isto implica que as observadoras e os observadores não devem dar nenhum tipo de conselho a pessoas implicadas na manifestação ou expressar opinião alguma às partes; sua atuação deve estar fundada no reconhecimento global, coerente e razoável da realidade sobre a qual se atua e, conseqüentemente, têm a obrigação de perceber e interpretar

<sup>41</sup> Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Manual de capacitação para a fiscalização dos direitos humanos (publicação das Nações Unidas, núm. de vendas S.01, XIV.2), par. 28.

os fatos além de opiniões ou versões parciais ou unilaterais. Em caso de serem perguntados, sua resposta deverá limitar-se a identificar sua presença como observador ou observadora independente e, se for necessário, explicará brevemente qual é o seu papel no contexto das manifestações.

As e os observadores tampouco devem realizar nenhuma atividade que possa ser razoavelmente percebida como favoritismo ante alguma das partes envolvidas na manifestação, como a utilização ou exibição de símbolos, cores ou bandeiras; incluindo a expressão de proclamações dentro da manifestação. Com o fim de conservar a confiança de todas as partes envolvidas, as e os observadores se absterão de tomar parte na manifestação e, em todo momento, nas controvérsias de ordem política, racial, religiosa e ideológica que nela se reivindiquem.

#### 4. INTERVENÇÃO EM CASOS DE EXCEÇÃO

Ainda que o exercício das tarefas de monitoramento durante o transcurso da manifestação tenha como princípio a não participação, podem apresentar-se situações excepcionais onde a intervenção de uma observadora ou um observador se mostre essencial para a proteção das e dos participantes. O princípio de não intervenção cede frente ao direito à vida ou ao direito à integridade pessoal; de maneira que, se a observadora ou o observador presencia durante o monitoramento uma situação que ponha em iminente risco a uma pessoa envolvida, poderá intervir cumprindo os seguintes requisitos:

- a. Necessidade. É necessária aquela intervenção para prestar socorro a uma pessoa frente a risco que – sem mediação das ou dos observadores – possam restringir seriamente o direito à vida ou à integridade pessoal de um indivíduo.
- b. Proporcionalidade. A intervenção da observadora ou do observador será sempre prudente e medida, com a menor ingerência possível no fato que se intervém, devendo brevemente retomar seu papel de observador.
- c. Proteção dos grupos em situação de vulnerabilidade. A observadora ou o observador deverá intervir com maior razão naqueles casos onde se encontrem envolvidas crianças e adolescentes, mulheres, pessoas de idade avançada, com deficiência, entre outros.

Caso seja indispensável a intervenção, resulta essencial que a tarefa das e dos observadores seja identificada, desde o início, como imparcial por parte dos demais participantes. Isto permitirá que possam reconhecer a condição e a razão pela qual a ou o observador possa vir a intervir em determinada situação. No mesmo sentido, esta intervenção não fará distinção alguma com respeito às opiniões ou posições dos sujeitos envolvidos; uma vez verificada a situação excepcional, se procederá tanto ante o atuar policial, como ante o atuar de qualquer outro interveniente.

É desejável que a equipe de pessoas observadoras determine de antemão quais situações habilitarão a intervenção, seja ante as forças policiais ou ante os participantes. Para tal efeito, cada instituição ou organização deverá elaborar as diretrizes ou protocolos específicos que detalhem as hipóteses nas quais proceder e determinar os mínimos e meios para atuar, seja com a autoridade ou com as demais pessoas manifestantes. Por sua vez, será positivo o estabelecimento de planos de ação para a assistência médica de interventores ou de planos de resguardo das e dos observadores em casos de intervenção, bem como planos de segurança e de comunicação entre a equipe frente a estes casos de emergência.

## 5. PRECISÃO E IMPARCIALIDADE DO INFORME

Os informes que elaborem as e os observadores deverão ser claros, concisos, precisos e independentes. As e os observadores devem assegurar-se de que todas suas observações sejam exatas. As observações devem ser completas, fazendo constar tanto os fatores positivos como os negativos, distinguindo os fatores significativos dos insignificantes, e detectando os temas que possam ter uma incidência importante no desenvolvimento normal da manifestação. As avaliações das e dos observadores devem ajustar-se aos critérios mais exigentes em matéria de exatidão da informação e imparcialidade da análise, distinguindo os fatores subjetivos das provas objetivas. As observadoras e os observadores devem fundamentar todas as conclusões em antecentes de fato verificáveis e não extrair conclusões prematuramente.

Os informes não devem expressar nem demonstrar um viés específico nem preferências em relação às autoridades nacionais, às organizações convocadoras, às/aos participantes nem em relação aos pontos que se formulam nas manifestações.

# DIRETRIZES DE OBSERVAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS SOCIAIS

As seguintes Diretrizes de observação se baseiam em um processo de consulta e recopilação por parte do ACNUDH dos protocolos, diretrizes e boas práticas de observação e monitoramento de protestos e manifestações de algumas Instituições Nacionais de Direitos Humanos e Defensorias del Pueblo da região. Ao mesmo tempo, são fruto das discussões e análises do contexto regional, da legislação e das experiências obtidas por estes órgãos em matéria de manifestações e protestos sociais .

Estas Diretrizes têm como premissa os deveres dos Estados de respeitar, proteger e promover os direitos humanos de todas as pessoas, razão pela qual serão restringidos salvo nos casos em que o direito internacional dos direitos humanos permita. Esta premissa também é aplicável no marco de reuniões e manifestações onde o papel da e do observador radicar-se-á na verificação do respeito aos direitos essenciais que se veem envolver neste contexto, e também na procedência da graduação das medidas para conter possíveis distúrbios e a diferenciação em sua aplicação por parte das forças de segurança. Igualmente, a observadora ou o observador deverá, após a manifestação, “constatar se houve detenções e se estas são realizadas somente àquelas pessoas manifestantes identificadas como contraventoras da lei e no marco dos direitos reconhecidos nas normas do país” . Igualmente, deverão considerar a presença de grupos em situação de vulnerabilidade tais como crianças, mulheres ou pessoas de idade avançada, prestando especial atenção em sua presença e situação.

Para melhor estruturar e organizar as tarefas de fiscalização por parte das e dos observadores de direitos humanos, deve-se distinguir três momentos, a saber: antes, durante e depois da manifestação.

<sup>42</sup> Adicionalmente foi utilizado como referência o material elaborado pelo Escritório para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos (OSCE por sua sigla em inglês), disponível em <http://www.osce.org/resources/publications>

<sup>43</sup> Protocolo para a observação de manifestações, Instituto Nacional de Derechos Humanos de Chile, pág. 3.



# Antes da Manifestação

## 1

A cordenadora ou o coordenador da equipe de pessoas observadoras que seja designado deverá obter, com anterioridade mínima de um dia, toda a informação possível a respeito da convocatória da manifestação. Para isso deverá contatar:

- a. Pessoas convocadoras da manifestação
- b. As autoridades policiais correspondentes
- c. Organizadores e convocadores de manifestações públicas.

Estes contatos permitirão coletar qualquer informação adicional que possa ser de utilidade e/ou de interesse. Se indagará sobre qualquer medida de pressão ou assédio que possa haver sido exercida pelas autoridades ou outros intervenientes; por exemplo, prisões prévias com a finalidade de restringir a manifestação, limitações à convocatória e difusão, etc.

Como mínimo, se solicitarão antecedentes a respeito da informação contida na notificação prévia feita pelas convocadoras à autoridade competente; ou seja, quem convoca, data, lugar, hora, formato da manifestação, participantes, atores políticos, objetivos e natureza da mesma, bem como de qualquer restrição ou objeção que tenha sido imposta por parte das autoridades.

É desejável que a equipe de pessoas observadoras solicite informação sobre os centros de detenção e unidades policiais onde se destinariam pessoas detidas, caso haja.

Cabe considerar que em alguns países é necessária uma permissão outorgada por parte da autoridade administrativa que autorize a manifestação e determine qual será seu trajeto, hora, duração, etc.<sup>44</sup>. Nestes casos, é recomendável que as observadoras e os observadores tenham presente a informação emanada da autoridade competente como parâmetro oficial para cotejar com a informação entregue pelas convocadoras da manifestação. Adicionalmente, e na medida do possível, se indagará sobre as expressões ou propostas das organizadoras e dos organizadores, o discurso ou proposta de intervenção das autoridades públicas e se realizará uma análise da informação que emitam os meios de comunicação e redes sociais. A finalidade desta recopilación é única e exclusivamente com o fim de que a ou o observador tome conhecimento sobre potenciais riscos que possam ser suscitados na manifestação, em relação a seu conteúdo, interação entre participantes, etc.

## 2

Se revisarão as redes sociais da Internet atendendo à credibilidade das fontes. A aparição de comunidades virtuais tem tido um impacto importante no ativismo social e a capacidade de convocar e coordenar manifestações em curto prazo e a baixo custo. Cada vez mais, as equipes de observação deverão ser capazes de entender e acessar todos estes meios sociais para se manter em dia com as convocatórias para manifestações e obter informações sobre elas. É desejável que as observadoras e os observadores estejam equipados com telefones móveis com conexão a Internet, que lhes permitam verificar a informação das redes sociais virtuais enquanto realizam as tarefas de observação e estejam atentos, por exemplo, a mudanças de percurso prévias ao início da manifestação.

**3** Com a informação obtida, a ou o coordenador da equipe de observação formará a equipe de pessoas observadoras e atribuirá responsabilidades a cada uma delas. No caso de que se obtenha informação sobre quais serão os centros de detenção policial onde se trasladarão os detidos, se houver, é desejável que a ou o coordenador destine parte da equipe em tarefas de observação a estas unidades policiais, em razão de eventuais detenções levadas a cabo com anterioridade ao início da manifestação. As atividades de observação se realizam por equipes de no mínimo duas pessoas, o que, além de resguardar a segurança das e dos observadores, permite comparar os temas que cada observador ou observadora gera, contribuindo para uma maior objetividade dos registros.

**4** Antes do começo da manifestação, se possível, um ou vários membros da equipe de observadores realizarão uma visita in situ onde ocorrerá a manifestação com o fim de reconhecer o lugar e sua rota. Isto também permitirá à equipe de pessoas observadoras, não só se familiarizar com o endereço da manifestação, senão que, também, identificar lugares chave, principais infraestruturas e possíveis zonas problemáticas, assim como rotas de saída e fuga, com o objetivo de elaborar, eventualmente, um plano de gestão de riscos que possa se aplicar a todo tipo de manifestações que se deem em lugares iguais ou semelhantes. Esta informação será útil para determinar quantas e quantos observadores serão necessários e em quais zonas serão posicionados. Adicionalmente, a informação sobre os possíveis problemas e riscos também pode ser obtida nos informes emanados de manifestações anteriores com trajetória semelhante.

**5** Toda informação obtida nos procedimentos anteriores será de utilidade para elaborar uma nota de avaliação de riscos da observação. Para manifestações de convocação reduzida, a nota de avaliação de riscos pode ser uma revisão oral dos principais riscos e medidas de segurança, enquanto que para convocatórias maiores será necessária uma nota informativa escrita.

A avaliação de riscos deve conter, entre outras coisas, questões como:

- a. Se as autoridades competentes facilitaram a realização da manifestação, fazendo notar se cumpriram os procedimentos de notificação ou se é uma convocatória espontânea.
- b. Se as autoridades policiais habilitaram o lugar onde se realizará a manifestação ou os lugares por onde ela passará, por exemplo, através da utilização de cercas de segurança.
- c. Verificação do equipamento e dos meios de dissuasão dispostos pela força policial. A presença de armas de guerra, como metralhadoras ou espingardas, deverá ser especialmente alertada pelo observador e reportada em seu informe.
- d. Possíveis lugares problemáticos na trajetória ou lugar da manifestação.
- e. Possíveis problemas que possam surgir com a polícia e as e os organizadores.
- f. Possível presença de contra manifestantes.
- g. Conhecimento de áreas problemáticas como zonas em construção, obras rodoviárias, etc., que possam ter instrumentos que se utilizem como armas, barricadas, etc.
- h. Lugar de encontro ao final da manifestação.
- i. Rotas de saída ou fuga para cada trajeto da manifestação.

<sup>44</sup> De acordo com as normas internacionais sobre o direito à manifestação e ao protesto, os Estados não podem exigir às convocadoras e aos convocadores, sejam de direito ou na prática, de autorização para exercer os direitos que aí confluem. A liberdade de reunião, a liberdade de expressão e a liberdade de associação são direitos, não privilégios, pelo que seu exercício não pode estar limitado a uma autorização prévia das autoridades. Os Estados podem regulamentar o direito à manifestação por meio de um sistema de notificação prévia às autoridades administrativas ou policiais que permite facilitar o exercício destes direitos, a adoção das medidas necessárias para resguardar a ordem pública e a proteção dos direitos e liberdades dos demais. Sem prejuízo do que foi dito, o procedimento de notificação não poderá funcionar, em nenhum caso, como uma forma de restrição ao direito à manifestação.

A nota de avaliação de riscos também deverá considerar medidas de segurança que devem ser adotadas pelo grupo de pessoas observadoras em caso de eventuais problemas, estabelecendo possíveis rotas de fuga no caso de que a manifestação se torne violenta, primeiros socorros e lugar de encontro se a equipe de observadores se dividir. Neste momento, atendendo à avaliação de riscos, a ou o coordenador avaliará a necessidade de incrementar o número de observadores e observadoras que conformam a equipe. Igualmente, é conveniente que a ou o observador advirta nesta nota a presença de grupos em risco, como crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, etc.; sejam convocadores ou participantes.

# Durante a Manifestação

- 1 A equipe de pessoas observadoras realizará uma reunião informativa prévia à manifestação, na qual, a coordenadora ou o coordenador da equipe proporcionará uma visão geral dos planos para a observação, revisará a nota de avaliação de riscos e se estabelecerão equipes e responsabilidades das observadoras e dos observadores. Não há um número recomendável de observadores e observadoras determinado, tal aspecto variará segundo o nível de convocatória da manifestação; isto, para não perturbar o comportamento natural dela.
- 2 As observadoras e os observadores devem portar a identificação proporcionada pela missão de observação à qual pertencem, assim como a identificação requerida pelas autoridades nacionais, e devem apresentá-la quando sejam solicitadas. Além de portar a credencial de observador ou observadora visível em todo momento, vestirão trajes distintivos tais como jaquetas, capacetes e camisetas institucionais, elementos de segurança, etc. É desejável que fotografias do vestuário da equipe de observação cheguem de antemão às autoridades policiais para facilitar o processo de identificação das e dos observadores por parte do pessoal da polícia. Excepcionalmente, a equipe de pessoas observadoras ocultará os métodos que os identifiquem em seu papel de observação quando existam motivos que permitam concluir que há riscos para sua segurança. Em nenhum caso, as observadoras e os observadores e suas equipes de apoio portarão armas.
- 3 As observadoras e os observadores deverão chegar ao lugar de começo da manifestação antes que as e os participantes, e se for uma manifestação espontânea, no momento em que tomem conhecimento de que esta está acontecendo ou irá acontecer. Isto dará oportunidade à equipe de observação de se familiarizar com o entorno e posicionar-se para observar todos os elementos a medida que as e os participantes cheguem ao lugar de início da manifestação. Neste momento, se identificarão os pontos de encontro e períodos de tempo para se reencontrar e avaliar a situação; e uma vez finalizada a manifestação, a ou o coordenador do processo de observação velará para que todas as pessoas da equipe se encontrem a salvo. Um ou mais observadores poderiam permanecer no ponto de chegada da reunião para avaliar as condições que se apresentem neste lugar, prestando especial atenção se o contingente policial bloqueia o acesso ao lugar de encontro ou de início, se realizam atos dirigidos a cortar o fluxo de manifestantes ou de dispersar os que chegam posteriormente ao horário de início, e igualmente, alertar se o contingente aumenta enquanto avança a manifestação.
- 4 A ou o coordenador da equipe de observação se apresentará, minutos antes do início da manifestação convocada, frente à autoridade policial encarregada de coordenar o envio de tropas policiais, sinalizando a ele os objetivos da realização da observação. Se não se houver recompilado com anterioridade informação sobre o lugar de detenção onde se destinarão as pessoas detidas por funcionários policiais – no caso de haver –, a ou o coordenador da equipe deverá perguntar por esta informação ao funcionário policial correspondente. A ou o coordenador da equipe de observação se apresentará, igualmente, ante os organizadores da manifestação com o fim de indicar os objetivos da observação. No caso de concentrações espontâneas, e só se for possível, a observadora ou o observador procederá de igual forma a quem se identifique como organizador da manifestação.
- 5 A coordenadora ou o coordenador da equipe de observação posicionará as observadoras e os observadores de acordo com a localização da manifestação e a possível posição dos principais participantes. As observadoras e os observadores se manterão sempre a uma distância prudente e suficiente das e dos manifestantes e da polícia, que lhes permita cobrir o terreno observado. Igualmente, devem atuar de forma prudente; uma presença demasiado destacada pode ser interpretada como participação ou estímulo ou pode agravar a situação, enquanto que uma presença que não é suficientemente destacada, colocaria obstáculos à observação e limitaria qualquer possibilidade de dissuadir a repressão.

**6** Qualquer observador/a poderá tomar fotografias e registrar as placas patentes dos veículos policiais que se encontrem estacionados e/ou circulando em torno da manifestação. As observadoras e os observadores deverão portar um caderno, os temas de observação, caneta, relógio e um gravador. Tomarão nota de todos os acontecimentos relevantes, especificando a hora; e também acerca das e dos principais atores envolvidos. Poderão utilizar um gravador audiovisual para registrar acontecimentos importantes e incidentes, as violações aos direitos humanos presenciadas, o atuar dos agentes públicos e demais participantes no transcurso da manifestação. No caso de que um ou mais intervenientes da manifestação se sintam intimidados ou provocados pelas gravações audiovisuais, a observadora ou o observador sinalizará a estas pessoas que toda pessoa tem direito a gravar uma reunião, a gestão policial de manutenção da ordem e inclusive a interação pela qual a ou o observador é gravado por um funcionário policial<sup>45</sup>. Em qualquer caso, se por causa do anterior surgirem riscos para a segurança e integridade da observadora ou do observador, se colocará fim a gravação audiovisual.

**7** A equipe de observação deverá acordar previamente um meio através do qual poderão manter contato durante toda a manifestação. Em todo caso, a ou o coordenador da equipe deverá ter registrados os números de telefone celular de todas e todos os observadores, e também outros números de emergência. Para um exercício de tarefas de observação livre de intromissões, as observadoras e os observadores, no possível, devem empregar mensagens codificadas e evitar o uso de palavras importantes, cujo sentido possa ser compreendido facilmente pelas autoridades ou as e os manifestantes que escutem a comunicação. Além disso, se possível, devem verificar que suas comunicações não estejam sendo gravadas.

**8** As observadoras e os observadores devem colaborar com sua própria segurança, não realizando ações de provocação, não interferindo nas operações de segurança da manifestação ou colocando irresponsavelmente em perigo sua segurança ou a de outras pessoas. As observadoras e os observadores deverão ser conscientes de sua segurança pessoal e a das e dos demais membros da equipe, estando atentos a qualquer mudança no ambiente e aumento de tensão durante a manifestação, o envio de forças policiais com equipamentos anti distúrbios ou solicitação da polícia para a dispersão das e dos participantes. As observadoras e os observadores deverão ter estabelecido previamente uma rota de fuga e o ponto de encontro pós manifestação, e deverão conhecer – em todo momento – a posição das/dos demais observadoras/es. Se as observadoras e os observadores correm perigo grave, deverão se afastar do lugar e tomar posição fora da zona de perigo. Ainda que seja desejável que a observadora ou o observador de direitos humanos tenha mobilidade e possa exercer suas tarefas desde diferentes pontos de observação, em certos casos e quando as circunstâncias exijam, é recomendável que assuma posto em um lugar de forma permanente, sempre que este lugar outorgue melhores garantias de proteção e de monitoramento.

## OBSERVAÇÃO

**1** As observadoras e os observadores deverão tomar nota do ambiente geral da manifestação, da hora de chegada das e dos organizadores, e das autoridades policiais, além da hora de começo da manifestação. Em seguida, as e os observadores tomarão nota do formato da manifestação (encontro estático, marcha, flashmob, etc.) e a natureza da mesma (concentração política, manifestação sindical, piquete, etc.).

<sup>45</sup> Assim sinalizou o Informe conjunto do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação e o Relator Especial sobre as execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias acerca da gestão adequada das manifestações (A/HRC/31/66): “Todas as pessoas, sejam participantes, supervisores ou observadores, têm direito a gravar uma reunião, o qual inclui gravar a operação de manutenção da ordem. Também podem gravar uma interação na qual essa pessoa é, a sua vez, gravada por um agente público, ao qual se há denominado em algumas ocasiões direito de <<retrogravação>>. O Estado deveria proteger esse direito. A confiscação, apreensão e/ou a destruição de notas e material de gravação sonora ou audiovisual, sem as devidas garantias processuais, deveriam estar proibidas e ser castigadas.”, par. 71.

## 2

As observadoras e os observadores deverão tomar nota, na medida do possível, do número aproximado de participantes na manifestação, em que pese a dificuldade que isto supõe. Para isso, poderão comparar o número aproximado de participantes que entregam as cifras policiais e as das organizações convocadoras. Igualmente, deverão tomar nota das variações no número de participantes durante a manifestação. É conveniente que se faça um balanço da idade e do gênero das e dos manifestantes, e identificar presença de grupos de vulnerabilidade como crianças ou adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, membros de comunidades indígenas, afrodescendentes, etc.

## 3

As observadoras e observadores deverão tomar nota do número de agentes de polícia e suas ações durante a manifestação. É importante prestar atenção aos diferentes uniformes, insígnias e credenciais, com o fim de identificar as unidades policiais específicas presentes na manifestação. Neste processo mostra-se útil identificar quais são os funcionários policiais encarregados de dialogar com as e os convocadores, organizadores e demais intervenientes. Cabe prestar atenção se as unidades fazem uso de vestimentas protetoras, anti distúrbios ou uniformes normais. Na medida do possível, as observadoras e observadores constatarão a presença de policiais vestidos de civis.

As observadoras e os observadores tomarão nota de como as e os agentes estão localizados na manifestação, por exemplo, se estão distribuídos em pequenos grupos ou em linha cruzando a rota da marcha. Nem todas ou todos os agentes da polícia estarão visíveis, já que poderiam reservar-se unidades fora da vista das e dos manifestantes, mas a uma distância suficientemente próxima para enviá-las rapidamente em caso de serem requeridas. Por isto, é conveniente que as observadoras e os observadores caminhem pelas ruas circundantes à manifestação, para tomar nota de quantas unidades em reserva há e onde estão estacionadas.

## 4

As observadoras e os observadores deverão tomar nota do equipamento policial que portem ou façam uso as e os agentes policiais presentes na manifestação. Entre outros, estes podem incluir escudos, armas, gás de pimenta, gás lacrimogênio, canhões de água, veículos, cachorros, cavalos, helicópteros ou outros implementos como armas de fogo, armas paralisantes e equipamento que utiliza a força pública para proteger sua integridade (cercas, coletes, capacetes).

## 5

Se observará a atuação das e dos agentes policiais e os mecanismos implementados para manter a ordem pública. É essencial reportar a utilização progressiva da força e, principalmente, se se advertem excessos no uso da força ou agressões contra os manifestantes. As observadoras e os observadores deverão tomar nota da presença de barreiras policiais que se utilizem com o fim de restringir ou impedir a passagem ao lugar de reunião ou para limitar a livre circulação da manifestação.

É particularmente importante que as observadoras e os observadores tomem nota de qualquer uso da força ou atos de violência executados por parte dos agentes policiais e avaliem a necessidade, proporcionalidade e legalidade de tal uso; isto significa que o uso da força só é permitido quando é estritamente necessário, em uma medida equivalente ao ato que se pretende dissuadir, sob as hipóteses que o ordenamento jurídico estabelece e utilizando os procedimentos e meios reconhecidos legalmente. O uso de armas de fogo ou armas potencialmente letais é excepcional e deve ocorrer unicamente como último recurso, em circunstâncias extraordinárias que supõem um perigo iminente de morte ou lesões graves para a ou o funcionário policial ou qualquer outra pessoa.

Sobre o anterior, é necessário que a observadora ou o observador de direitos humanos conheça a estrutura normativa nacional que regula o emprego da força por parte das e dos funcionários policiais.



- 6 Como contrapartida, as observadoras e os observadores deverão tomar nota das ações das e dos manifestantes que tenham impacto na atuação policial, tais como insultos, atos de violência, provocações, destruição de bens urbanos, etc. Deve-se avaliar se a resposta da força pública a estes atos de violência encontram-se em conformidade com o número 5 desta seção.
- 7 As observadoras e os observadores deverão tomar nota da presença e número de contra manifestantes se houver, organizadores e sua posição com respeito à manifestação principal e a polícia. É de especial interesse tomar nota de qualquer interação entre as e os contra manifestantes com a polícia, assim como a interação das e dos distintos atores da manifestação (torcidas organizadas, manifestantes violentos, etc.) com as e os organizadores da mesma.
- 8 As observadoras e os observadores deverão tomar nota das e dos espectadores (e sua interação com as e os manifestantes e com a polícia) e de outros participantes na manifestação, tais como serviços de emergência, segurança e imprensa. Neste último caso, deverão tomar nota dos distintos meios de comunicação dando cobertura – distinguindo se são meios locais, nacionais ou internacionais –, além da presença de personalidades proeminentes, sejam políticas, governamentais ou religiosas, entre outras.
- 9 As observadoras e os observadores, no possível, deverão tomar nota das exposições e/ou atividades que as e os manifestantes realizem, entre outras:
- a. Exposições visuais (bandeiras, telões, slogans, etc.)
  - b. Vestimenta e uniformes
  - c. Discursos
  - d. Atividades físicas (danças, coreografias, mudanças nos padrões de conduta, etc.).
- 10 As observadoras e os observadores deverão tomar nota de qualquer outro tipo de incidente que ocorra durante a manifestação, como, por exemplo, todas as formas de agressão verbal entre as e os manifestantes, tentativas de sabotar a manifestação e atos de violência contra a/o observador/a, se for o caso..
- 11 Se forem efetuadas prisões durante a manifestação ou depois dela, é fundamental tentar obter os nomes das pessoas detidas e, se for possível, os nomes de testemunhas e os motivos da prisão. Para isso, as/os observadoras/es devem atuar com prudência e evitar todo comportamento ou qualquer expressão que possa exacerbar uma situação já tensa. Apenas acabe a manifestação, e caso não se tenha designado antes do início, o grupo de pessoas observadoras deverá acordar quais observadores ou demais pessoas visitarão os estabelecimentos de detenção onde podem haver sido levadas as pessoas presas conforme a informação entregue pelos funcionários policiais. Em tais estabelecimentos, as observadoras e os observadores devem tentar comprar e confirmar as informações a respeito dos nomes das pessoas detidas, as testemunhas, etc.
- 12 As observadoras e os observadores deverão realizar uma avaliação das prisões à luz da lei e dos protocolos aplicáveis. A informação que se solicite logo depois da manifestação deve conter as novidades correspondentes, e se existem atividades posteriores ao evento, como pessoas detidas, liberadas, julgadas, feridas, maltratadas, etc., também deverão ser reportadas. Esta informação deve se replicar manualmente em um mapa de riscos para a visualização gráfica do estado das manifestações a nível nacional, identificando os

distintos níveis de violência. Com esta informação se poderá elaborar um arquivo histórico para posterior análise de comportamentos, desenvolvimento de futuras manifestações e estabelecer lições aprendidas, com o objetivo de melhorar a gestão das observadoras e dos observadores frente a possíveis casos de violação de direitos humanos.

Se as observadoras e os observadores estabeleceram circunstâncias ou hipóteses excepcionais que os habilitem a intervir frente à atuação policial ou das e dos demais participantes, deverão, em primeiro lugar, verificar a concorrência destas circunstâncias habilitantes e logo depois intervir. Em caso positivo, darão aviso às prestadoras de serviços de saúde de urgência (ambulâncias, paramédicos, etc.) para que se outorgue a atenção necessária, e logo se procurará comunicar a situação às autoridades para avaliar eventuais responsabilidades. Além disso, nestes casos, a observadora ou o observador deve identificar a pessoa vítima das agressões ou circunstâncias que habilitaram a intervenção e logo documentar os fatos de forma exaustiva, incluindo dados de testemunhas na medida do possível. Esta informação é essencial para que a vítima possa interpor eventualmente uma ação penal.

**13** Se deve realizar uma observação em veículos policiais. Se a observadora ou o observador se encontra autorizado legalmente para entrar aos veículos policiais onde se encontram pessoas detidas ou goza de uma autorização temporária por parte da ou do funcionário policial a cargo, deverá proceder a realizar o monitoramento da forma mais objetiva e rápida possível, tentando não obstaculizar o trabalho policial. Procurará a observadora ou o observador obter o nome das e dos detidos e outros dados que facilitem sua identificação (como o número nacional de identidade), prestando especial diligência frente aquelas pessoas que possam estar mais expostas a riscos de que seus direitos sejam vulnerados durante a detenção.

**14** Se deve dedicar uma atenção especial aos casos de pessoas presas, agredidas, maltratadas, etc., durante uma manifestação. As observadoras e observadores ou as pessoas que estejam encarregadas desta função, devem lhes visitar no lugar ao qual tenham sido trasladadas: hospitais, estabelecimentos de detenção, etc., sem prejuízo das faculdades e/ou obrigações legais que tenham as Instituições Nacionais de Direitos Humanos para fazer observações em lugares onde se encontrem pessoas privados da liberdade.

## Depois da Manifestação

- 1 As observadoras e os observadores não deverão abandonar o lugar da manifestação sem previamente informar à equipe e obter o consentimento da coordenadora ou coordenador da mesma, com exceção de que sua permanência signifique um risco a sua integridade.
  - 2 Imediatamente depois da manifestação, as observadoras e os observadores acordarão uma hora e lugar para realizar uma reunião pós manifestação. Nesta instância, as observadoras e os observadores informarão aos demais membros da equipe sobre sua atividade de observação e tudo aquilo que escutaram e viram.
  - 3 As observadoras e observadores farão seguimento da cobertura pós manifestação feita pelos meios de comunicação, incluindo declarações públicas, informes oficiais, etc. É importante comparar a informação difundida pelos meios de comunicação com aquela que oficialmente entregam os diferentes interlocutores e, finalmente, com a avaliação ou os informes da equipe de observação.
  - 4 Depois da manifestação, as observadoras e observadores que a assistiram devem redatar um informe detalhado com as observações realizadas. É desejável que se desenvolva um formato pré-estabelecido com temas para esta tarefa e que inclua, entre outros anexos, individualização da/do observador/a, antecedentes da manifestação – antes do seu início, durante e depois ao seu término – e uma avaliação global da mesma. O informe escrito deve ter a maior precisão possível e deve-se assegurar que todas suas observações sejam claras e exatas. As observações devem ser completas, fazendo constar tanto os fatores significativos como os insignificantes, e detectando os temas que possam ter tido uma incidência importante na integridade da manifestação. Os juízos das/dos observadoras/es devem se ajustar aos critérios mais exigentes em matéria de exatidão da informação e imparcialidade da análise, distinguindo os fatores subjetivos das provas objetivas. Não se deve tirar conclusões precipitadas; estas devem se basear em provas fáticas e verificáveis. As observadoras e observadores devem também levar um registro bem documentado dos lugares em que realizaram o monitoramento, as observações que fizeram e outras informações pertinentes.
- O processo de elaboração de informes constará, ao menos, de:
- a. Elaboração de informes por cada dupla de observadores e observadoras, que serão enviados à coordenação da equipe de observação, em um prazo máximo de 24 horas.
  - b. Compilação dos informes das/dos observadoras/es e consolidação de um informe geral sobre a manifestação, a ser elaborado pela coordenação ou sob sua supervisão.
  - c. Elaboração de informes semestrais e/ou anuais sobre o respeito geral ao direito à manifestação e ao protesto.
- 5 Quando for necessário, os informes serão apresentados aos diferentes mecanismos de proteção de direitos humanos, seja regionais (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), ou universais (Órgãos de Tratado das Nações Unidas, seus Relatores Especiais ou Grupos de Trabalho), ou Instituições Nacionais de Direitos Humanos ou Defensorias Públicas – quando a equipe de pessoas observadoras não seja parte de nenhuma destas instituições.
- Os insumos elaborados pela equipe de observação de direitos humanos nas manifestações são essenciais, uma vez que são o meio pelo qual as violações aos direitos humanos chegam à opinião pública, às autoridades competentes e aos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, a fim de que estes agentes examinem, investiguem e, se for o caso, sentenciem aos Estados por ditas violações.

**PROPOSTA DE ACESSÓRIOS A LEVAR:**

1. Credencial, identificação ou documentação que lhe identifique em sua qualidade de observador ou observadora (idealmente com fotografia).
2. Caderno de contatos que contenha os dados de demais observadoras/es e de um/a advogado/a.
3. Telefone celular com conexão à Internet.
4. Uniforme ou distintivo que identifique às e aos observadores (por ex.: Colete institucional com logo ou cor distintiva).
5. Maleta de primeiros socorros, mochila, protetor solar, água, etc.
6. Temas de observação, caderno, caneta, gravador e relógio.
7. Câmera de vídeo.



Esta edição foi realizada com o  
apoio do UN Online Volunteers.  
Agradecemos a Morgana Stegemann,  
Ivson Carlos Araújo da Silva e Flávio  
Alexandre de Oliveira Filho.

[www.onlinevolunteering.org](http://www.onlinevolunteering.org)

